



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

PROPOSTAS DA FENPROF SOBRE VINCULAÇÃO DE PROFESSORES E EDUCADORES

De 2006 a 2012 aposentaram-se mais de 25.000 docentes, segundo dados oficiais. Contudo, apenas entraram nos quadros, neste período, 396 docentes. Ou seja, os governos têm recorrido a trabalho precário para satisfazer necessidades permanentes do sistema e das escolas, o que é ilegal.

A continuada opção pela precarização no exercício da profissão docente foi seguida de medidas cujo objetivo central foi a eliminação de milhares de horários nas escolas, levando à calculada e fácil dispensa de professores, dado o seu vínculo precário.

A este propósito, refira-se, a redução do número de alunos não corresponde ao que foi alegado, conforme confirmam os dados que têm vindo a ser divulgados pelo GEPE/MEC e foi também referido em recente relatório da OCDE. Segundo esta organização, registre-se, o número de alunos nas escolas continuará a aumentar nos próximos anos. Outros indicadores, aliás, confirmam-no. Muitas escolas e/ou agrupamentos, apesar de ter aumentado o número de alunos e mesmo de turmas, viram reduzido em dezenas o número de docentes o que significa que não foi de uma alegada redução do número de alunos nas escolas que resultou a dispensa de milhares de professores.

É, pois, mais que tempo e mais que necessário estabilizar o corpo docentes das escolas, melhorar as suas condições de trabalho, o que passa, entre outras medidas, por reduzir o número de alunos por turma, repensar o processo de revisão da estrutura curricular que o MEC concretizou sem o consenso da comunidade educativa e dar dimensão humana às designadas unidades orgânicas (escolas ou agrupamentos de escolas). Tomadas essas medidas, indispensáveis no plano pedagógico para evitar quebras na qualidade do ensino, serão, por certo, necessários todos os docentes que estão hoje colocados, bem como os que, deliberadamente, já foram retirados às escolas para este ano escolar. É, ainda, de assinalar, que devido ao regime de concursos que vigora e de que a FENPROF discorda, como neste particular volta a justificar-se, muitas destas dispensas foram altamente injustas, pois deixaram de fora docentes com elevada graduação profissional em detrimento de outros que, por força da renovação de contrato, conseguiram manter-se colocados.

Assim, a proposta apresentada pela FENPROF é a seguinte:

- Vinculação extraordinária, com efeitos a 1 de setembro de 2012, de todos os docentes com 3 ou mais anos de serviço que exerceram atividade docente em 2011/2012.

- Todos os candidatos que reúnam o requisito de tempo de serviço estabelecido serão opositores a um concurso externo extraordinário que servirá para garantir uma colocação em respeito pela sua graduação profissional.

- Este concurso externo extraordinário decorrerá depois de ter sido efetuada a mobilidade de docentes dos quadros.

- Para este efeito, serão preenchidos lugares de escola ou agrupamento, bem como, eventualmente, de áreas geográficas a estabelecer em sede negocial.

- Independentemente do regime que vier a ser fixado, os requisitos que forem estabelecidos deverão abranger os docentes que em 31 de agosto de 2012 reunissem as condições exigidas.

- Após este momento extraordinário de vinculação, os requisitos fixados deverão passar a aplicar-se, dinamicamente.

- Os docentes com habilitação própria que, eventualmente, venham a ser abrangidos, deverão aceder à profissionalização em serviço no prazo máximo de dois anos, cabendo ao MEC criar as condições para que tal aconteça. Até ao momento de obtenção da profissionalização, o vínculo adquirido será provisório.

As soluções técnicas para uma justa mas inqualificavelmente adiada vinculação de professores e educadores contratados poderão e deverão ser discutidas e encontradas. Mas os termos em que a FENPROF faz a presente proposta correspondem ao estabelecimento de um quadro de legalidade no exercício da profissão docente, ao respeito por preceitos constitucionais, bem como ao enquadramento da situação dos docentes portugueses em normas e diretivas internacionais. Não menos importante, correspondem às necessidades das escolas, aos interesses dos alunos e da população em geral e a uma justiça que tarda em relação a muitos profissionais docentes.

Lisboa, 21 de setembro de 2012

O Secretariado Nacional